

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e militância. Uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

Carlos Zacarias de Sena Júnior<sup>1</sup>

A relação entre as forças armadas e a política no Brasil foi sempre bastante estreita. A se crer pelas últimas manifestações que pediram a intervenção dos militares no governo do país, ela deve ser ainda bastante duradoura, muito embora não na forma preconizada pelos atos e pelo conteúdo sinistro de suas bandeiras. A propósito, virou *meme* nas redes sociais o apelo patético de manifestantes que em frente ao comando da 10ª Região Militar em Fortaleza solicitavam à guarnição fardada, provavelmente durante uma troca de guarda, que intercedessem no Executivo da presidente Dilma Rousseff. Todavia, à parte o conteúdo farsesco dos últimos acontecimentos que, em muitos casos, tenciona repetir da tragédia de 1964, é principalmente por toda a nossa história republicana, e não apenas pelos 21 anos inaugurados em 1964, que se pode perceber o quão forte é essa relação. Isso porque a República no Brasil começou com um *putsch* militar, e após ter assistido a inúmeras intervenções e tentativas de golpe que vieram a compor uma permanente presença dos setores fardados em nossa história política, segue provisoriamente livre dessa influência nas últimas duas décadas.

Apesar de serem quase onipresentes na vida política do país, os militares foram bem pouco estudados em sua relação com a sociedade e nas diversas conjunturas que a nossa República atravessou. Não que isso signifique que os muitos estudos sobre o Brasil do século XX não se tenham dedicado

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

adequadamente à presença militar na nossa política, mas que o fenômeno dessa presença em si e sua relação com o mundo político foi pouco ou insuficientemente apreciado até o momento. Apenas para que não se guarde silêncio diante do pouco que já se publicou sobre o tema, basta que se mencionem os livros de memórias de ex-militares, especialmente tenentes, que tiveram participação ativa na política brasileira entre os anos 1920 e 1940, ou a obra acadêmica que compõe um estudo isolado sobre a esquerda militar de João Quartim de Moraes. Neste caso, o texto lançado em inícios dos anos 1990 e que só em 2005 ganhou uma nova edição pela Expressão Popular (MORAES, 1991, 2005), só foi sucedido por alguns poucos trabalhos.

Não obstante à obra referida acima que se debruça muito mais sobre os militares de esquerda, a presença das forças armadas na política brasileira se deu, sobretudo, pela direita. E ainda que não se possa ignorar a influência direta ou indireta das doutrinas nascidas na caserna, ou que nela foram semeadas e vicejaram, especialmente a Doutrina de Segurança Nacional e o anticomunismo renitente dos contingentes fardados do país, a predileção dos estudiosos por demonstrar a presença rebelde nas Forças Armadas por vezes se indagando ou consolidando o termo “esquerda militar”, não deixa de denunciar os conteúdos e expectativas de muitos autores. Todavia, faltavam estudos sobre os militares e a política, ou sobre os militares e a militância propriamente dita, independente das posturas serem identificadas com a direita ou com a esquerda; faltavam estudos que se debruçassem analisando sobre o significado dessa presença e o seu conteúdo essencial.

Justo para tentar suprir essa lacuna, o cientista político Paulo Ribeiro da Cunha publicou, em 2014, *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. Nesta obra, o coautor de *Entre o sabre e a pena* (CUNHA; CABRAL, 2011) e autor de *Um olhar a esquerda* (CUNHA, 2011) notório especialista na obra e na trajetória de Nelson Werneck Sodré, um militar de esquerda, identificado com o marxismo e com estreitas relações com o PCB, nos propõe pensar os termos da militância entre os militares das Forças Armadas e das polícias militares, numa perspectiva menos diacrônica do que sincrônica, ainda que aqui e ali se percebam pequenas narrativas sobre o processo histórico que envolveu os militares.

Dividido em “cinco ensaios”, como se diz na introdução, *Militares e militância* se compõe de textos que já haviam sido trazidos a público, muito embora em versões modificadas das agora publicadas. No primeiro capítulo, “A política, a esquerda militar e a democracia: uma problematização”, Paulo Cunha parte do manifesto “Alerta à Nação”, publicado em fevereiro de 2012 por um pequeno grupo de oficiais do Clube Militar, para buscar na história possibilidades de analogia com o discurso assumido por pequenos grupos da caserna, discurso esse claramente golpista. Cunha busca na história a identificação de um possível “espírito de corpo” presente em determinados setores do oficialato que, mesmo assim, principalmente em tempos mais conflituosos, é confrontado com outras vozes dissonantes e não alinhadas com o golpismo ou apoiadoras da legalidade institucional e da presidente Dilma Rousseff, alvo da crítica. Neste aspecto, Cunha busca entender como os setores de esquerda das Forças Armadas foram fundamentais no combate à ditadura, tendo alguns assumido, inclusive, um discurso de compromisso com a democracia, especialmente durante o período da última ditadura. Em todo caso, quando se toma os dados quantitativos dos contingentes identificados com a esquerda ou com a centro-esquerda a partir de dados de uma pesquisa desenvolvida por Maria Celina D’Araújo e Zairo Cheibub entre a oficialidade da marinha em 1998, os dados são bastante discrepantes, já que, como aponta Cunha, enquanto 12% se diziam de direita enquanto 34,8% se assumiam como de centro-direita, contra apenas 1% que se diziam de esquerda e 12% que reivindicavam uma posição de centro-esquerda.

No capítulo 2, “Comunismo e Forças Armadas em tempos de insurreição”, Cunha busca identificar a influência marxista nas Forças Armadas, à “esquerda e pela esquerda”, algo que seria constante desde a Revolução Russa de 1917, embora tome o projeto como desafio repleto de dificuldades. Partindo da contestação de uma tese aceita entre a maioria dos estudiosos, com repercussões no senso comum, que se refere a uma espécie de *ethos* monárquico na marinha dos tempos do Império, o autor discute a presença pioneira de José Augusto Vinhaes, aluno da Escola Naval, na organização de um dos primeiros grupamentos partidários ligados aos operários existentes no Brasil, o Partido Operário fundado em 1890 e com existência efêmera. Em seguida Cunha argumenta em torno da influência de grupos de esquerda e militantes socialistas

nos vários eventos que envolveram sublevações nas Forças Armadas, desde a Revolta da Chibata de 1910, até a Revolução de 1930, passando pelos levantes dos sargentos em 1915 e 1916 e os levantes tenentistas nos anos 1920, para concluir que uma trajetória rebelde podia ser identificada. Neste diapasão, o autor se pergunta se a marinha era vermelha numa das subseções do capítulo, antes de demonstrar que a intervenção organizada dos comunistas nas Forças Armadas nos anos 1930, que culminou com o levante de 1935, efetivamente tingiu de vermelho uma vanguarda não operária em tempos de tenentismo e de Luiz Carlos Prestes.

O capítulo 3 é o mais histórico e diacrônico de todo o livro, com Paulo Cunha discutindo as origens do setor *antimil* criado pelo PCB em 1929. Não obstante, o autor não se limita a discutir o PCB e sua influência na Aliança Nacional Libertadora (ANL), indo além e buscando a presença dos socialistas do PSB e dos liberais-conservadores da UDN disputando a influência nas Forças Armadas no período posterior a 1945. Mas são efetivamente os comunistas que interessam a Cunha nos anos 1930, especialmente porque foi este partido que construiu uma política de intervenção sistemática nas Forças Armadas capaz de desencadear um levante, que mesmo frustrado, se constituiu num dos momentos mais importantes da história do país. Sobre as consequências desastrosas da derrota de 1935, diz o autor: “Novos tempos se seguiram às quedas da insurreição de 1935, e se algo chama a atenção, é que, apesar das prisões e muitos de seus líderes importantes amargurarem penas de até dez anos, o Setor Mil de alguma forma foi preservado, continuou intervindo, embora com limitações” (CUNHA, 2014, p. 185-186) Indo adiante na discussão sobre a influência dos comunistas nas Forças Armadas e a presença militar no PCB, Cunha explora com competência o documento “A FEB – símbolo vivo da União Nacional”, publicado em 1945. Pelo texto, publicado na íntegra entre os anexos do livro, os milicianos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) mantinham acesa a expectativa encampada pelo PCB desde 1938, de fazer coexistir pacificamente os setores do *demoliberalismo* e os comunistas, buscando reeditar a experiência de unidade antifascista para além da guerra e da derrota nazista.

No capítulo 4, “Um manifesto elaborado no calor das Batalhas”, Cunha aprofunda a discussão sobre o documento “FEB – Símbolo vivo da União

Nacional”. Arguindo a hipótese correta de que o texto é “praticamente desconhecido nos dias atuais”, muito embora representando um momento significativo da história brasileira, o autor percorre os passos do PCB que durante o processo de reorganização de suas fileiras, após a derrota de 1935, reforçou a bandeira de União Nacional, buscando articular a luta pela democracia no plano interno com a participação do país no conflito mundial. Neste capítulo, Cunha discute os organismos antifascistas (re)criados no Brasil por iniciativa ou protagonismo dos comunistas, como a Liga de Defesa Nacional (LDN) ou a Sociedade Amigos da América (SAA), para aludir a atmosfera que tomava o país e que culminou com a derrocada do Estado Novo, tendo o manifesto “A FEB – Símbolo vivo da União Nacional”, cumprido importante papel. Na conclusão do capítulo, o autor lamenta o projeto de nação malgrado no interregno democrático inaugurado em 1945, com a eclosão da Guerra Fria, não deixando, também, de expor seus legítimos compromissos como estudioso engajado na luta por um país melhor.

No quinto capítulo, Paulo Cunha se utiliza do enigma da esfinge, para tentar decifrar a figura de Miguel Costa e seu ostracismo na história da Coluna que ficou conhecida pelo nome de Luiz Carlos Prestes. Na busca por decifrar o enigma desse esquecimento, o autor sugere que Miguel Costa era um “policial/militar de esquerda, um socialista”, podendo ser enquadrado no arco conceitual cunhado por João Quartim de Moraes como “esquerda militar”. (CUNHA, 2014, p. 213) Então Cunha busca entender os motivos pelos quais a Coluna Prestes ficou conhecida pelo nome do ex-capitão e futuro dirigente do PCB, Luiz Carlos Prestes, concluindo que só entre uns poucos estudiosos o nome de Miguel Costa era celebrado, ainda mais quando ele aparecia em alternativa a Prestes, não deixando de demonstrar uma certa perspectiva anticomunista de parte desses pesquisadores. Entretanto, Cunha formula a hipótese de que Miguel Costa foi esquecido pelo fato de “haver uma total falta de estudos históricos e reflexões sobre o papel político das instituições policiais militares paulistas”, principalmente sobre a Força Pública, a Guarda Civil e as polícias Civil e Militar, instituições as quais estava vinculado Miguel Costa. Também pelo fato de que a bibliografia sobre o “outro” comandante da Coluna Invicta é bastante reduzida, principalmente quando comparada às obras dedicadas a Prestes. De uma forma ou de outra, mesmo reconhecendo a

titularidade de Prestes na Coluna, pelo seu conteúdo mítico e lendário, o que lhe tornou onipresente no imaginário popular, o que termina por legitimar a nomeação da Coluna como “Coluna Prestes”, Cunha alude que sua intenção era, sobretudo, problematizar sobre a forma como um personagem da dimensão de Miguel Costa pôde ser secundarizado da história de um momento tão importante do nosso passado. Isto porque, como sugerem alguns autores, Miguel Costa foi bastante importante na preservação da moral e da unidade da Coluna, principalmente em momentos onde a cansaço e a fragmentação pareciam se abater sobre os rebeldes.

*Militares e militância* se constitui em leitura obrigatória de todos os que se interessam pela história do Brasil, principalmente para aqueles que querem entender os meandros da política e suas interfaces com setores da sociedade. Poder-se-ia dizer que em alguma medida, em se tratando de ensaios que só se conectam pela temática exposta no título do livro, valeria à pena o autor preparar uma conclusão que fechasse o livro realizando essa conexão entre as suas partes. Todavia, é justamente porque não pretende tirar conclusões sobre muitas questões, mas sim levantar problemas, dúvidas e questões, que Paulo Cunha não estabelece o fecho de muitos capítulos e do próprio livro. Isso não diminui a importância da obra, muito ao contrário, porque ela serve para deixar em aberto as expectativas que podemos ter em relação ao papel dos militares e das Forças Armadas nos processos políticos, especialmente quando disputamos uma influência verdadeiramente progressista e transformadora nos destinos do país, contra os setores reacionários que esperam viver sob a tutela dos militares e suas ditaduras genocidas.

### Referências bibliográficas

- CUNHA, Paulo. *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista da construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Entre o sabre e a pena*. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2011.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1991.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenente*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.